



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
GABINETE DO VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO

Ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Serra e demais Edis.

O Vereador que este subscreve, vem, pelas prerrogativas previstas na Lei Orgânica Municipal, requerer, após tramitação regimental e devida ciência dada ao Plenário desta Casa de Leis, que seja encaminhado ao Senhor Chefe do Poder Executivo o seguinte:

PROJETO DE LEI /2026

DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO
DO PAGAMENTO DE MULTAS DE TRÂNSITO DE
NATUREZA LEVE E MÉDIA, DE COMPETÊNCIA DO
MUNICÍPIO, EM DOAÇÃO DE SANGUE E DE
MEDULA ÓSSEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica estabelecida, no âmbito do Município da Serra, a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve e média, aplicadas pelo município da Serra, em doação de sangue ou de medula óssea a unidades oficiais de hemoterapia, nos termos desta lei.

§ 1º A conversão de que trata o caput terá caráter estritamente facultativo, cabendo ao infrator optar entre o pagamento tradicional da multa, a forma de parcelamento eventualmente prevista em legislação federal ou regulamentação do órgão competente, ou a conversão em doação de sangue ou de medula óssea.

§ 2º A conversão prevista nesta Lei não se aplicará:

- I – às infrações de natureza grave ou gravíssima;
- II – às infrações que ensejem, por si sós, a suspensão do direito de dirigir ou a cassação da Carteira Nacional de Habilitação;
- III – às multas de competência de órgãos estaduais ou federais;
- IV – às multas relativas a veículos licenciados em outro Estado, salvo se expressamente autorizado por legislação federal superveniente.

Art. 2º - Para fins desta Lei consideram-se infrações leves e médias aquelas assim classificadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) e por sua regulamentação.

Art. 3º - A conversão em doação de sangue ou de medula óssea observará os seguintes limites e

O TRABALHO NÃO PARA!

Rua Major Pissarra, 245 - Centro – Serra - ES – CEP: 29.176-020 – Tel: (27) 3251-8345



E-mail: gabinetepaulinhodochurrasquinho@camaraserra.es.gov.br / www.camaraserra.es.gov.br
Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003400350039003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
GABINETE DO VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO

condições:

- I – cada infrator poderá obter a conversão de, no máximo, 2 (duas) multas por ano;
- II – para cada multa a ser convertida, o infrator deverá comprovar, no período de até 12 (doze) meses anteriores ao protocolo do pedido, a realização de pelo menos 1 (uma) doação de sangue, se mulher, ou 2 (duas) doações, se homem, ou a conclusão de cadastro efetivo como doador de medula óssea, nos termos da regulamentação federal;
- III – a conversão não poderá ser requerida em caso de reincidência específica na mesma infração nos últimos 12 (doze) meses, quando já utilizada a conversão de que trata esta Lei.

Art. 4º - O pedido de conversão deverá ser formulado pelo infrator, ou por procurador constituído, perante o órgão municipal responsável pela arrecadação das multas de trânsito, com a apresentação de comprovante de doação, contendo, no mínimo:

- I – nome completo do doador;
- II – número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- III – data da doação ou do cadastro de doador de medula óssea;
- IV – identificação da unidade de hemoterapia ou do registro de medula óssea;
- V – carimbo da unidade de saúde ou hemocentro;
- VI – assinatura do responsável técnico ou validação eletrônica da instituição responsável.

Parágrafo único - Somente serão aceitos comprovantes emitidos por unidades oficiais de hemoterapia ou por instituições habilitadas no Sistema Único de Saúde (SUS), observada a legislação sanitária vigente.

Art. 5º - Deferido o pedido de conversão, o órgão competente:

- I – lançará a baixa do débito correspondente, com a anotação específica de conversão em doação de sangue ou de medula óssea;
- II – providenciará a exclusão dos pontos referentes à infração no prontuário do infrator, quando couber, em conformidade com a legislação federal aplicável;
- III – comunicará ao infrator a decisão, por meio físico ou eletrônico.

§ 1º Na hipótese de indeferimento do pedido, o interessado será comunicado, com indicação expressa dos fundamentos, preservando-se o prazo remanescente para pagamento da multa ou exercício do direito de defesa, nos termos da legislação federal.

§ 2º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei ou na regulamentação específica implicará perda do direito à conversão, mantendo-se a exigibilidade integral da multa.

Art. 6º - A conversão de que trata esta Lei não poderá:

- I – importar em pagamento, desconto, abatimento ou comercialização do sangue ou da medula óssea, vedada qualquer forma de vantagem econômica direta ao doador;
- II – desvirtuar a natureza voluntária, altruística e não remunerada das doações, que permanecerão

O TRABALHO NÃO PARA!

Rua Major Pissarra, 245 - Centro – Serra - ES – CEP: 29.176-020 – Tel: (27) 3251-8345

E-mail: gabinetepaulinhodochurrasquinho@camaraserra.es.gov.br / www.camaraserra.es.gov.br



Autenticar documento em <https://serra.camaraserra.es.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003400350039003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA

GABINETE DO VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO

regidas pela legislação federal específica (Constituição Federal, art. 199, § 4º, e Lei nº 10.205/2001).

Parágrafo único - A presente Lei será interpretada como política pública de estímulo à solidariedade e à saúde pública, não como forma de remuneração ou troca onerosa, preservando-se integralmente o regime jurídico da doação de sangue e de medula óssea.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, definindo, entre outros aspectos:

I – o procedimento administrativo para requerimento, análise e decisão dos pedidos de conversão;
II – os sistemas de controle, cruzamento de dados e registro das conversões;
III – as hipóteses de vedação e de cancelamento da conversão quando verificada fraude ou irregularidade;

IV – a forma de articulação entre o órgão municipal de trânsito, a Secretaria Municipal de Saúde, os hemocentros e as unidades de hemoterapia.

Art. 8º - A aplicação desta Lei limitar-se-á às multas de trânsito efetivamente arrecadadas pelo Município, no exercício de sua competência de fiscalização e poder de polícia sobre a circulação de veículos em vias municipais, não alcançando sanções administrativas de outros entes federativos.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Sala das sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 13 de janeiro de 2026.

PAULO SERGIO FERREIRA DE SOUZA
VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO (PDT)
(Documento assinado eletronicamente)

O TRABALHO NÃO PARA!

Rua Major Pissarra, 245 - Centro – Serra - ES – CEP: 29.176-020 – Tel: (27) 3251-8345



E-mail: gabinetepaulinhodochurrasquinho@camaraserra.es.gov.br / www.camaraserra.es.gov.br
Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
GABINETE DO VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no âmbito do Município da Serra, a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve e média, de competência municipal, em doação de sangue ou de medula óssea, como instrumento de promoção da solidariedade, da saúde pública e da responsabilidade social.

É amplamente reconhecido que os serviços de hemoterapia enfrentam, de forma recorrente, períodos de insuficiência nos estoques de sangue, situação que compromete a realização de cirurgias, atendimentos de urgência, tratamentos oncológicos e demais procedimentos que dependem de transfusões regulares. Nesse contexto, a adoção de mecanismos inovadores de incentivo à doação revela-se medida de relevante interesse público.

Experiências já debatidas no âmbito do Poder Legislativo municipal demonstram que a articulação entre políticas de trânsito e ações de estímulo à doação pode funcionar como instrumento eficaz de mobilização social, aproximando o Poder Público do cidadão e fortalecendo valores como empatia, solidariedade e responsabilidade coletiva.

Sob o aspecto normativo, o Código de Trânsito Brasileiro admite a conversão de multas leves e médias em advertência por escrito, quando a autoridade de trânsito considerar a medida mais educativa, desde que o infrator não seja reincidente. A presente proposição se insere nesse mesmo espaço de discricionariedade administrativa, ao prever, de forma facultativa e condicionada, a substituição do pagamento em pecúnia por uma forma alternativa de cumprimento da penalidade, de caráter social e educativo, sem afastar as demais consequências previstas na legislação federal.

Com o objetivo de assegurar a compatibilidade constitucional e legal da medida, o Projeto delimita expressamente sua aplicação às multas de trânsito de competência do Município da Serra, preservando integralmente as sanções aplicadas por órgãos estaduais e federais. Estabelece-se, ainda, que a conversão não altera a natureza da infração nem o regime jurídico das penalidades de trânsito, configurando-se apenas como forma alternativa de cumprimento para infrações de menor gravidade.

Além disso, o texto veda qualquer forma de comercialização, remuneração ou vantagem econômica vinculada à doação, preservando o caráter voluntário, altruístico e gratuito da doação de sangue e de medula óssea, em consonância com o art. 199, § 4º, da Constituição Federal e com a Lei nº 10.205/2001.

No plano constitucional, a proposta encontra amparo na competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e para organizar e prestar serviços públicos dessa natureza, o que abrange a gestão do trânsito em vias municipais, a aplicação de multas e a implementação de políticas educativas no trânsito. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente reconhecido a autonomia municipal para instituir políticas públicas locais, inclusive aquelas que possam gerar impactos financeiros indiretos, desde que não invadam competência legislativa privativa da União nem contrariem normas constitucionais expressas.

O TRABALHO NÃO PARA!

Rua Major Pissarra, 245 - Centro – Serra - ES – CEP: 29.176-020 – Tel: (27) 3251-8345



E-mail: gabinetepaulinhodochurrasquinho@camaraserra.es.gov.br / www.camaraserra.es.gov.br
Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003400350039003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA
GABINETE DO VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO

Por fim, do ponto de vista da política pública, a iniciativa harmoniza:

- a) o exercício do poder sancionatório do Município da Serra em infrações de menor potencial ofensivo;
- b) o caráter pedagógico e preventivo das penalidades de trânsito, ao condicionar a conversão à ausência de reincidência;
- c) o fortalecimento dos estoques de sangue e dos cadastros de doadores de medula óssea, com benefícios diretos à população serrana e à rede regional de saúde.

Diante do exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação das Senhoras e Senhores Vereadores, confiantes em sua aprovação.

Sala das sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 13 de janeiro de 2026.

PAULO SERGIO FERREIRA DE SOUZA
VEREADOR PAULINHO DO CHURRASQUINHO (PDT)
(Documento assinado eletronicamente)

O TRABALHO NÃO PARA!

Rua Major Pissarra, 245 - Centro – Serra - ES – CEP: 29.176-020 – Tel: (27) 3251-8345

E-mail: gabinetepaulinhodochurrasquinho@camaraserra.es.gov.br / www.camaraserra.es.gov.br



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100300035003400350039003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

